

Amnesty International
Comunicado à Imprensa
Índice AI: AMR 19/019/2004 (Público)
18 de novembro de 2004

Brasil: O mundo não esqueceu

Apesar de oito anos terem se passado desde o assassinato a sangue-frio de 19 ativistas do MST em Eldorado dos Carajás, Pará, o mundo ainda está perplexo diante do fato de ninguém ter sido preso por estes crimes. As mais recentes audiências de apelação, que acontecem no dia 19 de novembro em Belém, são mais um capítulo do processo judicial extremamente arrastado que, desde o início, tem caracterizado este caso.

Essas audiências, nas quais serão julgados recursos relativos à condenação dos dois comandantes da operação e a absolvição de 128 policiais militares, são mais um passo importante na luta contra a impunidade.

Entretanto, o fracasso em garantir justiça para as centenas de pessoas que foram mortas na luta pela terra, bem como seu direito de viverem em paz e segurança no Estado do Pará, faz com que o resultado desse caso tenha uma importância ainda maior. Está na hora de o sistema judiciário estadual mostrar que é capaz de assegurar uma justiça que seja igual e justa para todos, bem como de as autoridades estaduais acabarem com os assassinatos e com a corrupção que continuam a manchar o nome do Estado do Pará em todo o mundo.

Contexto

Massacres como os de Eldorado dos Carajás e de Carandiru, onde 12 anos após o assassinato de 111 detentos em um presídio de São Paulo ninguém foi preso por esse crime, fundamentam a profunda sensação de impunidade que hoje cerca o sistema judiciário brasileiro. Como observou o Relator Especial da ONU sobre a Independência do Judiciário após sua visita ao Brasil, os grupos econômica e socialmente excluídos sofrem com uma brutal falta de acesso à Justiça.

O segundo julgamento do massacre de 19 ativistas rurais por membros da Polícia Militar do Estado do Pará iniciou no dia 18 de maio de 2002, presidido por um terceiro juiz titular. A juíza anterior, Eva do Amaral Coelho, afastou-se após a promotoria apresentar consistentes queixas sobre sua competência e imparcialidade.

Organizações não-governamentais que apoiavam a promotoria retiraram-se durante os procedimentos alegando que o julgamento estaria comprometido quando os 128 policiais foram julgados como um, fazendo com que fosse impossível responsabilizá-los individualmente.

Os dois comandantes condenados puderam apelar de suas sentenças em liberdade. Os 128 policiais militares foram absolvidos. Essas audiências definirão se os recursos poderão ser julgados. Promotores e ativistas dos direitos humanos pedem que a condenação dos comandantes seja mantida e que os 128 policiais militares sejam julgados novamente.

Para mais informações favor ligar para a equipe de pesquisa sobre o Brasil da Anistia International em Londres, RU, no número +44 20 7413 5702 ou visite nosso site em <http://www.amnesty.org>